

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO.de eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VOL 9/10 Nº 1/2 - JAN/DEZ 1989/1990



ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO 137:
IDENTIDADE E DIVERSIDADE DE UM MOVIMENTO SOCIAL

Clyce Louise Wiederhecker*

Elza Guedes Chaves**

1. O PROBLEMA

O acidente com o césio-137 em Goiânia não se constitui em um fenômeno aleatório ou em obra do acaso. A possibilidade de sua ocorrência está inscrita na lógica das relações sociais vigentes na sociedade brasileira. Relaciona-se com a crescente militarização do uso da energia nuclear, atestada, às vésperas do acidente, por comunicação à sociedade brasileira, feita por autoridade militar, de que o Brasil já detinha as condições tecnológicas para a fabricação da bomba atômica, pois já dominava o conhecimento sobre o enriquecimento do urânio.

Ao mesmo tempo, o acidente evidenciou que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) fora esvaziada da sua função de fiscalização e controle do uso de aparelhos radicativos utilizados na área de saúde, pois o Decreto nº 77.052, de 1º de janeiro de 1987, atribuiu a "verificação das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas...", às Secretarias de Saúde dos Estados", que, na maioria das vezes, não dispõem de meios e quadros para exercer tal fiscalização (1).

A fragilidade dessas instituições foi posta a nu pelo acidente quando se verificaram, em diversos pontos do país, ocorrências de falta de segurança na manipulação de materiais radioativos.

* Profa. Departamento de Geografia - UFG

** Profa. Departamento de Ciências Sociais - UFG

O acidente relaciona-se ainda com o crescente processo de mercantilização da medicina, a qual atinge níveis tais, a ponto de que o uso de uma fonte radioativa possa, enquanto geradora de lucros, ser protegida pelos seus detentores e, ao perder esse poder, possa ser abandonada como uma sucata qualquer.

Assiste-se, naquele momento dramático, à especialização de várias contradições e desigualdades presentes na sociedade, uma vez que a população mais diretamente atingida pelo acidente ocupa uma área da cidade que, embora central, apresenta traços de deterioração. Por isso mesmo são trabalhadores de ferro-velho, catadores de papel, donas-de-casa, vendedores ambulantes os que constituem, preferencialmente, nas vítimas diretas.

O acidente também é fruto da miséria urbana que transforma, em possibilidade de ganhos extras, algumas centenas de quilos de chumbo a serem vendidas a um depósito de ferro-velho. Especialização da miséria atestada ainda pelo fato de um número expressivo dos contaminados habitarem vários cômodos de aluguel situados em um mesmo lote.

Os efeitos do acidente vão atingindo homens, mulheres, crianças, animais domésticos, casas, ruas, chegando até a atmosfera. A radiação atinge uma área de 3.000m², infiltrando-se no solo até 50cm de profundidade em alguns pontos, provocando a necessidade de derrubada de árvores e plantas que sofreram radiação, num raio de 100m das zonas afetadas. Foram também derrubadas 40 casas, resultando, no total, 3.000m² de dejetos radioativos(2). Foram ainda contaminadas ou irradiadas 244 pessoas, fazendo 4 vítimas fatais, além das sequelas que poderão atingir outras que tiveram contatos com o material radioativo, ao lado dos efeitos desconhecidos que poderão atingir as gerações futuras.

O acidente colocou a população frente a uma realidade nova ainda não pensada por ela, pelo poder público e, até mesmo, pela universidade. Se, por um lado, o conhecimento sobre a energia nuclear já era desenvolvido no interior das ciências físicas, químicas e biológicas, as consequências sociais decorrentes de seu uso inadequado e, mesmo, a possibilidade de acidente radioativo, embora previsíveis, por ainda não fazerem parte das ocorrências no interior da sociedade brasileira, não tinham provocado reflexão sistematizada no âmbito das ciências humanas, confirmando o enten-

dimento de que todo objeto de conhecimento se constrói a partir do momento que adquire relevância na vida cotidiana.

A ocorrência desse acidente provoca, ao lado de custos sociais altíssimos, ainda não totalmente quantificados, custos econômicos e financeiros advindos da queda do valor da produção frente ao boicote estabelecido aos produtos goianos de exportação do período subsequente ao acidente, gerando conseqüentemente queda na arrecadação pública bem como a exigência de aumento de gastos governamentais, a nível da União e do Estado, no que diz respeito às áreas de saúde, descontaminação de lugares, assistência às famílias atingidas, acondicionamento e destinação do lixo radioativo, entre outros.

Ocorrências como o deslocamento de população das áreas afetadas, quedas nos preços em termos de locação e venda de imóveis e suspensão e/ou extinção de atividades econômicas desenvolvidas por estabelecimentos localizados nas áreas atingidas pelo acidente, levam à necessidade de um acompanhamento para verificar se as alterações sócio-espaciais ocorridas tendem a se processar apenas no momento do impacto do acidente ou se tendem a perdurar mesmo quando o evento for incorporado na história da população. Ou ainda se algumas dessas alterações tendem a permanecer enquanto outras voltam a seguir o fluxo normal determinado pela dinâmica social mais ampla.

Não se pode deixar de considerar que o acidente provocou, ao lado de efeitos objetivos, impactos psicossociais na medida em que atingem a população em sua dimensão subjetiva forçando-a a se relacionar com uma realidade nova e exigindo a elaboração de novos mecanismos de adaptação frente a essa realidade.

No momento do impacto do acidente, o poder público atuou fundamentalmente sobre os efeitos visíveis e objetivos do problema, para tanto se armando institucionalmente com a criação da fundação "Leide das Neves Ferreira", que tem os objetivos de dar assistência social às vítimas, direta e indiretamente atingidas; assistência médica às pessoas comprovadamente envolvidas no acidente; realização de estudos epidemiológicos analíticos; criação de programas de pesquisa em física e medicina nucleares e, ainda, promoção de vigilância ecológica. Nove meses após o acidente, a atua-

ção da fundação tem, basicamente, se restringido à assistência médica e social das vítimas diretamente atingidas.

Esse estudo busca perceber, numa visão mais ampla, a forma como o acidente marcou a população goianiense em sua dimensão também subjetiva, os custos sociais e econômicos por ele provocados e as circunstâncias que levaram a população, direta e indiretamente atingida, a organizar-se em um movimento social, cuja atuação se caracteriza pela busca de informações confiáveis, tentativa de consolidação de sua identidade de vítimas, luta por defesa de seus direitos e reorganização da vida cotidiana. Esse movimento, a que nos referimos, foi denominado de Associação das Vítimas do Césio 137.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O espaço será tratado aqui como dimensão material da sociedade, portanto, um espaço por ela produzido. Essa produção obedece, assim, à lógica das relações sociais nela imperantes. Ao estudar o espaço a partir do entendimento de sua produção pela sociedade, está se seguindo a fértil linha teórica desenvolvida desde Henri Lefebvre(3) e Milton Santos(4), entre outros.

O acidente com o césio-137 produz um "território no vo" no espaço urbano de Goiânia, território conflagrado, dividido, isolado, estigmatizado, que perde suas "rugosidades" quando da demolição das casas contaminadas. Santos(5) aponta sobre a inércia dinâmica que o espaço exerce sobre as produções espaciais posteriores. No âmbito das áreas atingidas, o "território do césio" poderá derivar em uma ocupação diferenciada. As construções antigas, que já haviam se tornado uma "qualidade do lugar", desaparecem em parte e uma nova qualidade poderá surgir daí. Este será um dos pontos investigados.

Vai-se analisar ainda as áreas atingidas, sob a ótica da produção do valor do espaço e as decorrências que podem acontecer quanto à evolução da renda da terra nessa área. Singir(6) indica, como características comuns às cidades capitalistas, a formação de um vasto anel de zonas deterioradas ao redor do centro histórico marcadas por um uso misto do solo, edificações decadentes e

uma ampla variedade de tipos e níveis de funções. Essa caracterização se aproxima da que se poderia fazer em relação à área atingida inicialmente pelos focos radioativos.

O estudo pretende dar conta do movimento interno de produção de valor do espaço, sabendo-se que esse processo se move fundamentalmente (mas não só) pelas determinações da estrutura econômica, como assinala Moraes(7). Vai-se analisar, a partir desse referencial, os mecanismos de revalorização da área, que possam vir a acontecer, pela atuação das empresas imobiliárias, sabendo-se que a especulação imobiliária é a atividade, por excelência, viabilizadora da realização da renda da terra.

Outra dimensão que se pretende apreender é aquela situada ao nível simbólico das pessoas que habitam a área atingida pelo acidente. De que maneira estas atribuem significados e reorganizam o espaço e, mais diretamente, o lugar? Segundo Tuan(8) "na extensa literatura sobre qualidade ambiental, relativamente poucas obras tentam compreender o que as pessoas sentem sobre o espaço e lugar, deve-se considerar as diferentes maneiras de experienciar (sensório-motora, tátil, visual, conceitual) e interpretar espaço e lugar como imagens e sentimentos complexos, muitas vezes ambivalentes". Pergunta-se, aqui, em que medida os habitantes das áreas atingidas não se vêm tentados a esquecer tudo, a livrar-se da pesada carga emocional que os atingiu, precisamente naquele lugar e, ao mesmo tempo, sobre ele? Pergunta-se ainda, sentem a necessidade de construir padrões de representação de permanência? Seja qual for a resposta, pode-se inferir desde já que trata-se de lugares que foram construídos por eles, ao longo de suas vidas, portanto, parte de sua história que deve ser resgatada da melhor maneira possível. Da forma como a estamos expondo aqui, essa questão subjetiva da percepção do espaço também será investigada.

A análise da subjetividade deve ser necessariamente ampliada, penetrando no nível simbólico para explicar, ao nível das relações sociais decorrentes do acidente com o césio-137, os aspectos subjetivos que compõem essas relações.

Considerando-se que "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um todo coerente"

(9), há de se perguntar com uma realidade nova tão inesperada e brutal, como a do acidente, vai ser elaborada e interpretada por aqueles que a vivenciam. E, mais, como será dotada de sentido pelos diferentes grupos sociais que são atingidos de forma diferenciada. Uma investigação a nível da instância subjetiva nos conduz à incorporação da concepção de que "as construções ideológicas não representam apenas internalizações puras e simples da realidade objetiva ou de valores e significações socialmente transmitidas. Elas implicam em reelaboração dessa realidade e dessas significações a nível dos próprios indivíduos"(10). É importante ressaltar que esse processo de reelaboração ideológica dos indivíduos não pode ser visto estritamente como fenômeno individual, mas deve ser entendido que, a apreensão social objetiva é determinada e extensiva aos agentes sociais de acordo com a sua posição no contexto social. Desta forma, essas construções ideológicas adquirem um caráter fundamental, ou seja, um caráter de classe.

Na forma diferenciada como o acidente atinge os diversos estratos da população goianiense, há de se ressaltar o grupo social mais diretamente atingido - que se vê arrancado de sua realidade cotidiana - para vivenciar uma condição específica que lhe é atribuída, a partir desta ocorrência. Essa nova vivência será marcada por relações sociais novas, carregadas de significados que não compunham seus códigos anteriores, através dos quais interpretavam o mundo e nele atuavam. Nesse sentido é que se coloca, para aqueles diretamente atingidos pelo acidente, a possibilidade da construção de uma nova identidade.

Percebe-se "... na maioria dos países latino-americanos o nível e a força das organizações populares é baixo. Nestas condições é possível que a construção da identidade das classes subalternas seja um processo em andamento que não se encontra, exatamente, em seus estágios finais. Acreditamos que alguns dos denominados movimentos sociais urbanos constituem-se num dos eixos de construção desta identidade"(11). Como vimos argumentando, em consonância com as pistas indicadas por Machado e Ziccardi, a construção da identidade social é marcada por uma realidade comum aos indivíduos que formam o grupo. Concebemos também que a ação antecede e sucede a construção da identidade, sendo, portanto, um dos níveis fundamentais, através do qual essa construção ideológica pode ser captada no exercício da análise.

"Por identidade, entendemos, em uma primeira instância, a forma como os indivíduos se autodefinem e se identificam como grupo social, mas, além disso, a identidade inclui também a internalização, a nível da consciência, da própria localização social dos indivíduos, sua identificação com alguns grupos e sua oposição a outros"(12).

Nessa perspectiva, a identidade indica as características e os conceitos do que "é" o indivíduo e ainda os fundamentos de como deve comportar-se. Daí que ela traz, embutido, um ethos da ação.

Em geral, a emergência dos movimentos sociais urbanos no Brasil tem decorrido da luta em torno de "questões básicas de sobrevivência que permanecem centrais para a maioria da população"(13). Para esse caso específico acredita-se que do acidente radioativo possam originar movimentos sociais com características diferenciadas, a exemplo da Associação das Vítimas do Césio-137, que agrega, às questões básicas de sobrevivência, a especificidade que estas mesmas questões adquirem em decorrência do acidente.

A perspectiva apontada por Jacobi, de que "...a questão da autonomia dos movimentos face ao Estado, tão decantada nos trabalhos de muitos estudiosos do tema, assume uma forte conotação ideológica, na medida em que é justamente na interação com o Estado que a maioria dos movimentos concretiza seus objetivos, não sendo, portanto, correta a interpretação de movimentos que podem voltar as costas ao Estado e autogerirem as suas demandas"(14), deve orientar nossas investigações. Isto porque visto que o nível de alta especialização dos tratamentos médicos necessários aos atingidos em maior ou menor grau pelo acidente, bem como a situação peculiar de moradia, a que vítimas diretas e indiretas se viram submetidas, colocou níveis de reivindicações que só podem ser respondidos a partir da ação do Estado que, por sua vez, frente a especificidade da situação, marcada pelo seu alto grau de visibilidade, não pode lançar mão de técnicas protelatórias de atendimento.

Em Boschi, encontramos a noção de que "vista como um todo, a produção na área (de estudos sobre movimentos sociais urbanos) teria o grande mérito de fornecer um quadro pormenorizado de um momento e de um aspecto da história do movimento popular no Brasil"(15).

A situação que pretendemos analisar tem a potencialidade de não apenas evidenciar um novo momento e aspecto da história do movimento popular, mas também de trazer à reflexão um novo momento e aspecto da história da sociedade brasileira, vivenciada pela população goianiense, que se viu repentinamente colocada frente aos efeitos catastróficos de uma política de utilização da energia nuclear, da qual se viu excluída das definições, tanto no que diz respeito à sua produção quanto ao seu controle.

3. O MOVIMENTO SOCIAL

3.1. Origem

Ao final de setembro de 1987, a cidade de Goiânia ganha destaque no noticiário nacional e internacional como palco de um acontecimento dramático e inédito, a violação de uma bomba de césio-137. Essa situação gera pânico, medo, incerteza e insegurança e, num primeiro momento, o acidente é interpretado como uma questão geral que ameaça toda a sociedade.

Nesse sentido, controlá-lo e delimitá-lo passa a ser uma forma de atuação do Estado, tendo em vista que a divulgação do acidente pelos meios de comunicação de massa cria situações que atingem indistintamente diferentes camadas da sociedade, desde os diretamente atingidos aos que potencialmente poderiam vir a sê-lo, desde a população habitante de Goiânia até as mercadorias produzidas no Estado de Goiás, que passam a ser discriminadas a nível nacional.

Nesse momento, o acidente é transformado em uma questão de interesse geral, mobilizando diferentes setores da opinião pública e, em especial, os empresários que buscam resgatar a imagem da cidade e do Estado, visto que suas atividades estão sendo atingidas. Para tanto, Estado e empresários mobilizam as universidades locais e a comunidade científica nacional que, por sua vez, atuam em dois níveis, o de fornecer informações mais precisas e seguras à população, procurando diminuir o pânico, e o de desenvolver pesquisa científica tendo como referência o acidente.

Os debates promovidos foram importantes, tendo em

vista o despreparo e as informações contraditórias que se expressavam, de um lado, pelas afirmações dos técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - que insistiam em transmitir uma imagem de controle sobre a situação; de outro, a imprensa local, nacional e estrangeira veiculava notícias ressaltando a gravidade do problema, a incerteza da situação presente e projetando incógnitas para o futuro.

É neste contexto que um grupo formado por intelectuais, professores universitários, artistas, jornalistas, profissionais liberais e estudantes, assessorados por Fernando Gabeira, fundam o Comitê de Defesa de Goiânia.

A caracterização desse grupo demonstra que a preocupação imediata se instala entre uma parcela da população que já possuía algum nível de conhecimento sobre a gravidade da contaminação por radioatividade, ou que passa a tê-lo no momento do acidente, e que também possuía noções de cidadania.

O manifesto do comitê apresenta oito pontos de reivindicações mais imediatas que podem ser vistos como um programa de ação:

1. imediata retirada do lixo radioativo do centro da cidade para um local que não ofereça perigo para a população mais próxima e que obtenha um parecer técnico de confiabilidade;
2. humanização no tratamento das vítimas do acidente;
3. amparo legal, por parte do governo estadual, às famílias residentes nas áreas isoladas;
4. informações precisas, claras e didáticas sobre o perigo de contaminação para a proteção dos cidadãos;
5. monitoramento diário da cidade e rastreamento constante para detecção de novos focos de contaminação;

6. Imediata transferência dos pacientes com algum grau de contaminação para o Hospital Marcílio Dias, no Rio de Janeiro;
7. resgate da imagem de Goiânia na comunidade nacional e internacional;
8. apuração imediata das responsabilidades e punição dos envolvidos.

Conclama a população a se unir ao comitê e expressa a disposição de realização de debates públicos em vários organismos da sociedade no sentido de esclarecimento e busca de solução para o problema.

Sem deixar de reconhecer a importância do comitê como primeira tentativa de organização para atuar frente aos problemas levantados pelo acidente, há que se apontar o fato de que ele foi marcado por uma ambiguidade fundamental que se caracteriza por se constituir como um movimento que também pretende atuar em defesa de um grupo que não lhe estava integrado.

Os membros do comitê não eram vítimas, num sentido mais estrito; se considerarmos como vítimas diretas aquelas que sofreram contaminações externas ou internas, estas estavam isoladas na FEBEM, no Hospital Geral do INAMPS ou no Hospital Marcílio Dias, no Rio de Janeiro. Se considerarmos como vítimas indiretas aquelas residentes nas áreas de foco de irradiação, estas não estavam integradas ao comitê.

Frente a isto, alguns de seus membros percebiam que entre eles e as vítimas havia um isolamento físico, emocional, psicológico e, sobretudo, social. Percebiam também, que, embora bem intencionados, eram pessoas não diretamente lesadas pelo acidente. Os verdadeiros lesados estavam sem voz, sem organização, divididos e espalhados pela cidade.

Emergia a consciência de que, enquanto não se fizesse a vinculação do comitê com as vítimas, sobretudo os moradores da Rua 57, no sentido de somar forças com o grupo popular que naquele momento mais necessitava, ele perdia a razão de ser.

Acontece que o pânico instalado dificultava essa vinculação necessária visto que a rua 57 era uma área estigmatizada pela qual ninguém queria transitar, porque subterraneamente estava instalado o medo da contaminação que se expressava numa preocupação dos seus participantes, a de se exporem a um risco não muito bem quantificado.

Frente a estas dificuldades, o comitê entra em processo de involução que atinge seu ápice quando alguns dos membros remanescentes promovem uma visita à área da rua 57, acompanhados do físico Wolfgang Daniels, deputado pelo Partido Verde da Alemanha, a fim de promover medições dos índices de radioatividade de forma independente do CNEN. Como os índices constatados apresentaram-se muito superiores àqueles divulgados oficialmente, estabeleceu-se um conflito aberto, o que levou o Presidente do CNEN, Rex Nazareth, a vir a público questionar a inconveniência da iniciativa. Assim, o comitê implodiu porque vários dos militantes que restavam, confessaram medo de serem prejudicados.

Ainda durante a atuação do Comitê de Defesa de Goiânia, um outro grupo começa a se movimentar. Trata-se dos moradores do Distrito de Abadia de Goiás, situado a 25km da capital, onde se localiza a área escolhida pelo Governo e técnicos do CNEN para ser vir de depósito de lixo radioativo a ser transferido de Goiânia, área esta situada a apenas 3km daquele núcleo urbano.

Caracterizando-se por ser uma pequena comunidade que se dedica principalmente ao desenvolvimento de atividades hortigranjeiras, apoiada pela igreja local e pela associação de moradores, desenvolveu a única ação que lhe pareceu viável: com máquinas, tratores e outros veículos ocupou a rodovia de acesso à cidade para impedir a transferência do lixo para sua vizinhança.

Essa ação foi enfrentada pelas autoridades com o comportamento típico de governos autoritários: acionou-se a polícia militar que, utilizando fuzis, escopetas, bombas, etc., desbloqueou a rodovia e garantiu o início da transferência do lixo radioativo. A necessidade de acionamento das forças repressivas demonstra o significado político que essa ação de resistência assumiu para o Estado.

A determinação de alguns moradores inscreveu na pau

ta de atuação de sua associação novas incumbências: desenvolver formas de pressão sobre o governo para que o depósito de lixo atômico fosse efetivamente provisório e ainda, para que fosse dado um mínimo de segurança para a população local.

O primeiro contato da população moradora da rua 57 com o acidente, foi marcado pela presença de um aparato policial e sanitário, acionado para retirar, na noite de 28.09.87, inicialmente, os ocupantes do nº 68. Pela madrugada, os vizinhos mais próximos também foram evacuados e isolados no Estádio Olímpico, enquanto a vizinhança não recebia nenhuma informação sobre o que ocorria.

Na manhã seguinte já haviam marcas de modificações naquele espaço. Cordas isolavam as residências evacuadas e alguns moradores se dirigiram ao Estádio Olímpico, onde receberam a informação de que havia sido aberta uma cápsula de césio, mas que, dentro de dois ou três dias, tudo estaria normalizado e que todos poderiam voltar às suas casas.

Duas forças impulsionam simultaneamente o surgimento de organização de um movimento na área.

A primeira delas, externa, teve o Estado como indutor a partir da exigência feita por órgãos públicos da área de saúde, de que os moradores organizassem uma representação legalmente constituída para encaminharem suas reivindicações, o que, até aquele momento, vinha sendo feito de modo espontâneo, de forma coletiva ou individual. A segunda força, interna, vem composta por aspectos subjetivos e objetivos. Ao longo do primeiro mês, já se acumulavam ressentimentos devidos aos maus tratos recebidos. E por ter-se já distanciado daquele momento inicial, marcado pelo susto, pânico e pavor, restava um sentimento de ofensa à dignidade das pessoas. Por outro lado, se evidenciava que a situação tenderia a perdurar mais do que o anunciado. A instalação dos tapumes que isolaram a área confrontou os moradores com uma face mais concreta do problema, pois foram tendo seus locais de moradia e vivência cotidiana partidos e isolados. Essa situação levou as pessoas a perceberem que não poderiam ficar inertes por mais tempo.

Ao considerarmos a "Associação das Vítimas do Césio 137" que surgiu em meados de dezembro como um movimento social, es

tamos tomando como base para sua compreensão a prática dos atores sociais em movimento, respaldadas na afirmação de Jacobi, de que "não se pode restringir a análise dos movimentos sociais apenas aqueles que apresentam uma base nitidamente popular urbana, na medida em que os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais pauperizada, mas também outros grupos sociais..."(16).

Nesse caso, ele se origina do contato direto dos moradores das áreas atingidas pelo acidente com os problemas que ele introduziu no seu cotidiano, pois tiveram afetados seus corpos, locais de moradia, relações de trabalho, de vizinhança, de educação e círculos de parentesco e de amizade.

Adotamos aqui a perspectiva de que um movimento só pode "ser entendido em suas especificidades quando contextualizado estrutural e conjunturalmente..." e que "os movimentos sociais propriamente ditos, voltam-se normalmente a problemas particulares imediatos e localizados que afligem diretamente seus participantes. O problema social que o grupo enfrenta é o material concreto sobre o qual trabalha "(17).

Ao contextualizarmos o acidente estruturalmente, percebemos que ele se inscreve no quadro formado pela crescente militarização da produção e uso da energia nuclear no Brasil, demonstrando a ausência da participação da sociedade tanto a nível das definições de sua política como no controle de seu uso. Ressaltamos ainda que a necessária fiscalização dos aparelhos radioativos, utilizados na área de saúde, não é feita de forma efetiva. O acidente se inscreve ainda num contexto de miséria urbana que leva seus causadores diretos a se apropriarem, como de uma sucata, do aparelho radiológico abandonado.

No contexto conjuntural pesou a contradição entre as informações oficiais e o noticiário da imprensa, concretizando as primeiras discriminações vivenciadas pelos habitantes da área que passaram a ressentir, desde que foi divulgado o acidente, da suspensão de serviços coletivos, como coleta de lixo e entrega de gás.

Pressionados por familiares e amigos que insistiam

na necessidade de se retirarem do local e, ao mesmo tempo, lutando para reconduzirem suas vidas à normalidade, parte dos moradores começa a desenvolver ações no sentido de conseguir dos órgãos públicos que mantivessem o atendimento normal da área.

Um dos segmentos que constituiria a base social do movimento já vinha se configurando desde as primeiras discriminações sofridas pelos moradores das áreas atingidas. O nascimento de uma estrutura organizativa se deu quando, através da imprensa e de contatos pessoais, os moradores mais ativos convocaram uma assembléia geral para o dia 13 de dezembro, na qual foi constituída a Associação das Vítimas do Césio-137, que se estruturou a partir de uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, dos quais participaram as vítimas, e, ainda, um Conselho Consultivo que congregou remanescentes do Comitê de Defesa de Goiânia e outras pessoas dispostas a apoiar o movimento. Aprovou-se os estatutos e registrou-se a associação.

No momento da criação da associação, as vítimas diretas que constituem o segundo segmento da base social do movimento, por estarem isoladas, não estiveram presentes, vindo a integrá-lo numa etapa posterior.

Compõem ainda a associação, moradores das várias áreas atingidas que tiveram suas vidas afetadas pelo acidente, tanto em termos de saúde quanto em termos de perda de moradia, de emprego, de desarticulação de pequenos comércios, de estabelecimentos de prestação de serviços pessoais, de deterioração no valor dos imóveis, além da desestruturação de relações de parentesco, amizade e vizinhança que foram marcadas pelo estigma provocado pelo acidente.

3.2. Igualdade e Diversidade

Uma primeira especificidade que se ressalta no movimento da Associação das Vítimas do Césio-137 é decorrente de seu curto período de existência. Se, por um lado, sua constituição como grupo de pressão torna-se visível pela sua atuação, por outro, as perspectivas de seu desenvolvimento e a possibilidade de sua duração por um tempo mais prolongado, ainda são pouco claras.

Uma segunda especificidade pode também ser ressaltada: é aquela que decorre da natureza do problema. Trata-se de um fato inédito, que atinge, da noite para o dia, os moradores da área, causando um impacto que transformou sua vida cotidiana, colocando-os frente a uma realidade desconhecida e sobre a qual possuem referências.

Se uma das características dos movimentos sociais é a heterogeneidade da sua composição, o caso em estudo atinge dimensões muito mais complexas que trespassam todas as suas instâncias, exigindo dispêndio de esforços na tentativa de superação das desigualdades internas.

Analisando a gênese do acidente percebe-se que as pessoas que tiveram sua saúde mais diretamente atingida constituem, no interior das áreas, uma comunidade de vivência reforçada por laços sanguíneos e relações de trabalho. Em termos de composição social, na sua maioria, elas representam a parcela mais pobre. E são elas ainda que, ao violarem a cápsula de césio em seu espaço de moradia e trabalho, provocaram, mesmo que involuntariamente, a contaminação de toda a vizinhança. Atingindo assim, pessoas que compõem estratos de uma classe média que já vinha tendo sua condição de vida rebaixada pelos efeitos da crise econômica, as quais se vêem afetadas em sua situação de trabalho e de desenvolvimento de suas atividades produtivas. Por isso, as vítimas indiretas sentem-se duplamente lesadas, uma vez que nada têm a ver com a provocação do acidente e, no entanto, em termos práticos, sofrem seus efeitos.

Essa heterogeneidade é reforçada ainda pela forma de atendimento desenvolvida pelo Estado, que se restringe às vítimas diretas, as únicas por ele reconhecidas, visto que as lesões por elas sofridas são por demais visíveis para que passem despercebidas pela sociedade e pela comunidade científica nacional e internacional. Isso vem ainda confirmar a idéia de que "todos os mecanismos que os órgãos públicos utilizam para responder às reivindicações populares levam à sua fragmentação e separação" (18).

Apesar de todas as contradições internas, que se manifestam em ressentimentos e acusações das vítimas indiretas em relação às diretas, a atuação da associação tem se direcionado mais intensamente para a busca do atendimento de problemas vivenciados

pelas últimas, dada a existência de uma agência estatal criada com o objetivo específico de atendimento às vítimas do acidente, frente à qual a associação se coloca como interlocutora. Nesse sentido, a associação enfrentou uma longa batalha com a Fundação "Leide das Neves Ferreira", buscando conseguir uma melhoria na composição da cesta básica distribuída pela fundação para 40 famílias vitimadas. Ao lado disto, promoveu a vigilância e o acompanhamento do atendimento médico e psicológico dispensado às vítimas diretas; e tem prestado auxílio no encaminhamento das vítimas para monitoração. Essa atuação é marcada por conflitos com a fundação, exigindo da associação esforços para se articular com outras instituições, na busca de apoio e informações técnicas e científicas, que dêem respaldo à sua ação.

Outra luta empreendida tem sido a de exigir do poder público indenizações para as vítimas. Para tanto, realizou um estudo para definir critérios de caracterização das vítimas e os diferentes níveis de enquadramento indenizatórios. Procurando sensibilizar o poder legislativo, conseguiu a realização de uma seção especial na Assembléia Legislativa, onde as vítimas estiveram presentes relatando sua situação, momento em que, a Associação encaminhou um documento que expunha o resultado de seu trabalho, no qual identificava quatro grupos com direitos diferenciados quanto à indenização.

A marca da heterogeneidade, a exemplo de outros movimentos, provoca uma contradição que se expressa na existência de uma "dupla face: a pública, que enfatiza a igualdade, a união, o consenso; e a oculta, das cisões, divergências, acusações mútuas, discriminações que só são reconhecidas para serem deploradas... " (19). Por isso mesmo, na associação das vítimas, as diferenças não podem ser superadas através da tentativa de homogeneização de problemas surgidos a partir de bases concretas de diferenciação. No entanto, para o atingimento de seus objetivos, coloca-se a exigência de uma imagem pública de união e coesão.

Uma outra decorrência da heterogeneidade desse movimento, é a de que ele abre um leque de lutas diversificadas, para o atendimento dos dois principais segmentos que o compõem. Enquanto que, para as vítimas diretas, as ações se encaminham basicamente na área de saúde, já, para as outras, elas devem abranger ques-

tões estruturais menos visíveis e muito mais improváveis de serem alcançadas que as primeiras, pois dizem respeito à realização de um controle epidemiológico de longo prazo, retomada de atividades econômicas, situações de emprego e restauração de seu espaço de vida cotidiano. Para tentar contemplar esse segmento, a associação vem desenvolvendo negociações no sentido de suspender o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, e vem também desenvolvendo esforços para a realização de um cadastramento amplo de todas as vítimas, que devem receber indenizações e serem assistidas por um controle epidemiológico.

Diferentemente dos outros movimentos sociais, este se caracteriza pela inexistência de instância unificadora, a exemplo das Federações, dos Conselhos, tendo inclusive inviabilizada a tentativa de aproximação com associações de moradores, restando-lhe, à nível do movimento popular, uma única articulação viável, que é aquela com a Associação dos Moradores de Abadia de Goiás pois, por vivenciarem um problema comum, vem com ela desenvolvendo ações conjuntas.

Se na relação com os movimentos sociais a situação é de isolamento, coloca-se para ela uma possibilidade maior de articulação com instituições que tradicionalmente não têm atuação conjunta com os movimentos sociais. Trata-se de sociedades científicas, universidades e outras instituições de países estrangeiros, as quais vêm dando apoio técnico científico, financeiro e de divulgação.

Específico ainda deste movimento é a ausência até o momento, de uma ação sistemática dos denominados agentes externos em seu interior, desde que se considere, como agente externo, pessoas ligadas a instituições ou partidos políticos que se vinculam aos movimentos, desenvolvendo a tarefa de organização, educação política e, simultaneamente, procurando direcioná-los para o seu projeto de sociedade ou de transformação social.

Finalmente, uma das questões que se afigura mais complexa no âmbito da associação, é a da construção da identidade coletiva da vítima. Se por um lado, os atingidos, direta ou indiretamente pelo acidente, podem ser considerados como vítimas, por outro, ser vítima é a marca que o diferencia de modo estigmatizante

e, por isso mesmo, dificulta sua reintegração à sociedade. Para alguns, ser vítima é a condição para receber atendimento médico especializado, pensão, indenização; mas, ao mesmo tempo em que eles, prontamente, objetivam essa condição, têm que negá-la para se verem livres do estigma, do preconceito e do trauma. Além do mais, para as vítimas diretas, a condição de beneficiários dos programas médicos e sociais a eles destinados, os leva a perceber esse atendimento como uma dádiva do Estado, o que lhes dificulta a elaboração da noção de direito e o entendimento de que, acima de tudo, são vítimas de uma situação produzida pelas relações sociais vigentes na sociedade brasileira.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERGER, Peter e LUCKMANN. A Construção Social da Realidade, Petrópolis, Vozes, 1976, p. 35.
2. BOSCHI, Renato Raul (org.). Introdução, in, "Movimentos Coletivos no Brasil Urbano", R.J., Zahar, 1983, pp. 15 a 25.
3. CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico, in "Sociedade e Política no Brasil pós-54". S.P., Brasiliense, 1984, pp. 215-239.
4. CHAVES, Elza Guedes. De Invasor a Posseiro: Metamorfose de uma Identidade, Goiânia, Cad. do CECUP, nº 2, v. 2, 1988, p. 4-16.
5. Dados constantes do depoimento do Presidente da CNEN, Rex Nazaré, à CPI do Senado sobre o acidente de Goiânia em 10.03.88. in Jornal O Popular de 11.03.88.
6. DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania, in "Novos Estudos CEBRAP, nº 10. S.P. out./1984 pp. 24-30.
7. JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais Urbanos numa Época de Transição: Limites e Potencialidades, in "Movimentos Sociais na Transição Democrática", Emir, Sader (org.), S.P. Cortez, 1987.

8. JACOBI, Pedro R. op. cit.
9. JACOBI, Pedro R. Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão, in "Uma Revolução no Cotidiano?". Scherer-Warren e Krischke (org.). S.P., Brasiliense, 1987.
10. LEFEBVRE, Henri. A Re-Produção das Relações de Produção. Porto, Publicações Escorpião, 1979.
11. MACHADO DA SILVA, L.A. e ZICCARDI, A. Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos, in "Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Etnicas e Outros Estudos", Ciências Sociais Hoje, nº 2, Brasília, AMPOCS, 1983, p. 9-24.
12. MORAES, Antônio Carlos R. Costa, Wanderley Messias. A Valoração do Espaço. S.P. Hicitec, idem 4, 1984.
13. O Acidente de Dispersão de Césio 137 em Goiânia. Observações Preliminares, relatório do Professor Alfredo Aveline (Inst. de Física/UFMG), apresentado à diretoria da SBPC em 26.10.87, in "Informe Ciência Hoje", SBPC, 24.10 a 30.10.1987.
14. SANTOS, Milton (org.). A Construção do Espaço. S.P. Nobel, 1986.
15. SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. S.P. Hucitec, 1980.
16. SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais, in "Uma Revolução no Cotidiano?", op. cit.
17. SINGER, Paul. O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista, in "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial". Hermínia Marciato (org.) S.P., Alfa Omega, 1979, pp. 21-36.
18. TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar, S.P., Difel, 1983.

OUTRAS FONTES

1. "O Popular" - Goiânia
2. Correio Brasiliense - Brasília
3. Folha de São Paulo - São Paulo
4. O Globo - Rio de Janeiro
5. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro
6. Entrevistas com participantes da "Associação das Vítimas do Césio 137".